

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAPHAEL MIYOSHI DE ALMEIDA

***INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA: AS POLÍTICAS ADOTADAS NO  
JAPÃO, COREIA DO SUL E BRASIL***

DOURADOS 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAPHAEL MIYOSHI DE ALMEIDA

***INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA: AS POLÍTICAS ADOTADAS NO  
JAPÃO, COREIA DO SUL E BRASIL***

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Banca Examinadora da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da UFGD, para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do professor Hermes Moreira Junior.

DOURADOS 2015

**RESUMO:** As novas técnicas de produção originadas na Inglaterra com a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII trouxeram consigo mudanças nas mais diversas esferas, principalmente, na econômica e na social. O emprego das novas técnicas de produção se faziam essenciais aos países que visavam seu desenvolvimento econômico e o de sua população, sendo assim, os que, por algum motivo, não conseguiram se aproveitar de imediato das novas técnicas estariam fadados à condição de atraso. Neste trabalho, exponho três países que apresentaram processo de industrialização tardia, Japão, Coreia do Sul e Brasil, revelando suas características e o caminho tomado por cada um deles no que tange seus processos de industrialização, tendo como fim compreender por que da discrepância entre os níveis de desenvolvimento dos dois países asiáticos com o Brasil.

Palavras-Chave: 1- Industrialização Tardia 2- Japão 3- Coreia do Sul 4- Brasil

**ABSTRACT:** The new production techniques created in England during the Industrial Revolution in the second half of the 18<sup>th</sup> century brought changes in several spheres, especially when it comes to the economic and social ones. The usage of new production techniques was essential to countries that aimed the economic and social development. Countries that, for some reason, were not able to immediately take advantage of the new techniques would be faded to a delay condition. This paper introduces three late industrialization countries, Japan, South Korea and Brazil, revealing their features and the path taken by each of them regarding their industrial processes in order to understand why such different development levels between these two asian countries compared to Brazil.

Key Words: 1- Late Industrialization 2- Japan 3- South Korea 4- Brazil

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	4
1. Industrialização: origem, características e sua expansão .....	6
2. Industrialização Tardia e o processo de <i>catching-up</i> .....	12
2.1 Industrialização Tardia .....	12
2.2 Processo de <i>Catching-up</i> .....	17
3. As políticas adotadas por Japão, Coreia do Sul e Brasil.....	20
3.1 Japão .....	22
3.2 Coreia do Sul .....	26
3.3 Brasil .....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	39

## INTRODUÇÃO

Com início na segunda metade do século XVIII e tendo como berço a Inglaterra, a Revolução Industrial transformou os modos de produção e o cenário urbano. Com a instalação das fábricas e com o êxodo rural resultante da pobreza no campo e da necessidade de mão de obra, as cidades vivenciaram um rápido, e conturbado, crescimento. Antes artesanal, a produção passa a ser em massa e com a utilização de maquinários mais eficientes graças às novas técnicas.

O progresso trazido pela Revolução Industrial é inegável, produzia-se mais e mais rápido, além de ter seu custo reduzido, o que, conseqüentemente, acabava por aumentar os lucros. Tal processo iniciou-se na Inglaterra, potência hegemônica da época, e só começou a se expandir cerca de um século depois, chegando à França, Bélgica, Holanda, Estados Unidos, entre outros países, em sua maioria, localizados no Atlântico norte. Por diversos fatores, a grande maioria dos países não foi capaz de se aproveitar dos progressos técnicos trazidos pela industrialização. Deste modo, o cenário mundial encontrava-se dividido entre os poucos países que experimentavam as novas técnicas de produção; e aqueles muitos que ainda produziam utilizando métodos arcaicos e exportavam produtos primários.

Por fatores que serão tratados durante este trabalho, os países retardatários no processo de industrialização, os chamados países de industrialização tardia, apresentaram dificuldades no que tange seu desenvolvimento econômico e social.

Em relação aos países que apresentaram processo de desenvolvimento tardio, entre eles China, México, Argentina, Índia, entre outros, este trabalho tem como tema o processo enfrentado pelo Brasil e por duas notáveis economias asiáticas que figuram atualmente como duas das nações mais desenvolvidas no âmbito industrial e socioeconômico: Japão e Coreia do Sul. Sendo assim, tem como objetivo elencar os modelos e políticas adotadas por cada um destes três países de industrialização tardia a fim de apontar suas similaridades, diferenças, acertos e erros. A motivação para este estudo se deu pelo interesse na comparação de três países que, embora tenham se industrializado em períodos próximos, apresentam taxas de desenvolvimento socioeconômico e industrial discrepantes.

A análise feita neste trabalho parte do pressuposto de que o caminho escolhido por estes países para traçar seu desenvolvimento econômico e industrial, tendo o Brasil escolhido o mercado interno, enquanto Japão e Coreia do Sul focaram no mercado externo, foi fator responsável por tal discrepância. A pesquisa realizada a fim de justificar a hipótese proposta neste trabalho não se deu por meio de uma única teoria, e sim sob múltiplas óticas, como, por exemplo, a Neo-Schupeteriana ao abordar o processo de *catching-up*, e a cepalina ao analisar o caso do Brasil.

Este trabalho será dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. No capítulo que segue, será abordado o processo enfrentado pela Revolução Industrial, expondo sua origem, o contexto da época, os fatores que a tornaram possível e a sua expansão. O capítulo 2, dividido em duas partes, abordará, primeiramente, o processo de industrialização tardia, suas características, dificuldades e os principais modelos de desenvolvimento adotados pelos países nesta condição, para depois explanar sobre o processo de *catching-up*. O capítulo 3 é dividido em três partes, uma para cada país que este trabalho tem como foco, abordando sobre as características, particularidades, contexto em que se encontravam antes do processo de industrialização, os modelos adotados por cada um deles e onde conseguiram chegar no quesito de desenvolvimento e industrialização. Por fim, serão expostas as considerações finais quanto às diferenças nos processos de industrialização dos três países aqui analisados, Japão, Coreia do Sul e Brasil.

## 1. Industrialização: origem, características e sua expansão

O processo de industrialização que se iniciou na Inglaterra em meados do século XVIII, conhecido como Revolução Industrial, trouxe consigo diversas mudanças, principalmente no que tange os quesitos econômico e social. A industrialização, aliada ao emprego de novas tecnologias e maquinário fez com que a produção mundial atingisse níveis nunca alcançados anteriormente, além de suscitar um intenso processo de urbanização, alterando veementemente o cenário das cidades que, agora, experimentavam um “boom” populacional e de instalações fabris.

No livro *Desenvolvimento Sem Trabalho*, o sociólogo italiano, Domenico De Masi nos contextualiza sobre o período em que a Revolução Industrial desabrocha, enfatizando as, precárias, condições de vida da época, assim como no trecho a seguir:

A partir das últimas décadas do século XIII, com as descobertas científicas das quais já falamos, criaram-se também outras condições favoráveis à indústria, sobretudo na Inglaterra [...]. Dentre essas condições, destacam-se o crescimento demográfico e a consequente subocupação na agricultura, a expansão do mercado colonial e a oportunidade dada aos mercados de investir onde se podia explorar a força de trabalho rural.

O preço do trigo e a mortalidade dos seres humanos continuaram em estreita correlação até a metade do século XIX; sem mais nem menos, a morte do gado privava os camponeses de comida, de força motriz e de estrume. Praticamente, não havia higiene e as epidemias periodicamente desfalcavam a população. [...] As casas eram quase todas desprovidas de utensílios, de aparelhos sanitários, de vidros nas janelas. Nos hospitais do século XIX, ainda se costumava pôr dois ou mais doentes em cada leito. O fedor era onipresente. Praticamente ninguém viajava. A maioria dos objetos de uso vinha do mundo animal e vegetal, acarretando graves danos para a fauna e para a flora. [...] A mortalidade infantil era altíssima assim como o abandono dos recém-nascidos, o infanticídio e o uso de crianças até para trabalhos árduos, como nas minas. Grande parte dos acontecimentos naturais e sociais era atribuída a fatores ocultos, sobrenaturais, imponderáveis, desconhecidos. (DE MASI, 1999, p. 36-38)

A Revolução Industrial foi possível graças ao excepcional acúmulo de capital e riquezas experimentado por nações da Europa Ocidental devido à expansão do comércio internacional vivenciado entre os séculos XV e XVIII, principalmente, como consequência da abertura de novos mercados coloniais, aliado ao anseio em substituir o arcaico método de produção.

A grande indústria moderna surge na Inglaterra pelas ideias de Bacon, pela difusão do Iluminismo, pelo desenvolvimento científico e pela acumulação capitalista permitida pelo colonialismo. [...] Se a mecanização e a centralização representam seu âmago, a organização científica é sua mente.

[...] a Revolução Industrial consiste naquele “complexo de inovações tecnológicas que, substituindo a habilidade humana por máquinas e o esforço físico de homens e animais por energia inanimada, possibilitaram a passagem do artesanato à manufatura, criando assim uma economia moderna”. (DE MASI, 1999, p. 39-40)

Com a ampliação dos mercados consumidores, percebeu-se a necessidade de técnicas de produção mais eficientes e que produzissem em maior escala que o antigo trabalho artesanal, sendo assim, a burguesia europeia se utilizou do capital acumulado a fim de financiar o progresso técnico exigido para atender a demanda.

É de extrema importância compreender que o processo de industrialização pelo qual vinha passando a Inglaterra, não abrangeu todas as potências da época, quanto mais todos os países. No decorrer do século XIX, uma nova leva de potências europeias e os Estados Unidos foram os próximos a usufruírem e desenvolverem técnicas manufatureiras, porém, devido a uma infinidade de fatores, grande maioria dos países não seguiu, pelo menos de imediato, a tendência da industrialização.

Aproximadamente cem anos mais tarde que o berço da Revolução Industrial, em meados do século XIX, França, Itália, Bélgica, Holanda, Estados Unidos, entre outros, iniciam sua trajetória pelo desenvolvimento industrial de seus países. A entrada destes na era da industrialização traz consigo o aumento da concorrência em diversos setores antes sob certo monopólio de empresas britânicas, além do aprimoramento e desenvolvimento de novas técnicas, impulsionando os avanços da indústria.

Ficar de fora do processo de industrialização pelo qual vinha passando parte do mundo significaria se fadar ao atraso econômico e social, trazendo consequências que, mais tarde, teriam altos custos para reverter.

As colônias exerceram papel fundamental no processo de industrialização por proverem matéria-prima, muitas vezes escassas ou, até mesmo, inexistentes no velho mundo, e por servirem de mercado consumidor de produtos oriundos das indústrias europeias.

Desta forma, o cenário internacional constituía-se, por um lado, pelas economias que participaram da Revolução Industrial e buscavam novas técnicas de produção através do investimento em pesquisa e conhecimento, a fim de aperfeiçoarem suas produções e, conseqüentemente, os lucros, em sua maioria, localizadas no Atlântico norte. Do outro lado se encontravam os países exportadores de produtos primários, com economias pouco diversificadas, representando a maior parte do globo.

O ingresso na era da industrialização se mostrava como meio essencial para as nações que buscavam o desenvolvimento econômico e social, atuando como propulsor do desenvolvimento capitalista.

A difusão das técnicas industriais dos países de origem aos países ainda não industrializados se deu de forma irregular e branda, fazendo com que a indústria nos países de origem se desenvolvesse rapidamente, criando grandes, modernos e diversificados centros industriais, enquanto os demais países se viam sem oportunidade de aproveitarem do avanço e do progresso de produtividade. Tal progresso até desabrochou nos países da periferia, como são chamadas as economias menos, ou não, industrializadas e com economia mais frágil, porém, na grande maioria dos casos, as técnicas produtivas só abrangiam diminutos e escassos setores, geralmente alimentícios e de matérias-primas, direcionados aos países do centro, como são chamadas as economias industrializadas e economicamente mais fortes.

Portanto, enquanto os países do centro iam se industrializando e, conseqüentemente, contribuindo para a expansão do capitalismo pelo mundo, os demais forneciam a matéria-prima necessária para a produção dos manufaturados, criando assim uma divisão internacional do trabalho.

A então Divisão Internacional do Trabalho (DIT) pode ser compreendida como a participação de cada país ou região do mundo no desenvolvimento e realização de determinadas funções, sejam elas relativas à produção industrial, serviços ou exportação de matérias-primas, a fim de que haja certa distribuição das produções, econômicas ou industriais, dada a impossibilidade de um único país em produzir todas as mercadorias, produtos e bens que necessita. Tal impossibilidade é explicada por uma das principais doutrinas da Divisão Internacional do Trabalho,

onde nenhum país consegue fazer-se competitivo em todos os setores, vindo a direcionar sua produção e economia a determinadas áreas. Uma das contribuições do sociólogo Peter Evans para a área pode ser notada no trecho a seguir, extraído de seu livro *Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial*:

As nações modernas devem ajustar suas aspirações e atividades econômicas a uma divisão global do trabalho. Alguns produzem algodão, outros, tecidos, outros comercializam a alta-costura. Alguns exploram minério de ferro, outros fabricam automóveis, outros vendem seguros. Como os teóricos da globalização têm martelado insistentemente, o lugar de cada nação na produção para os mercados globais tem profundas implicações na política interna e no bem estar de seus cidadãos.

A divisão internacional de trabalho pode ser vista tanto como uma base para a melhoria do bem-estar quanto como uma hierarquia entre nações. Os argumentos a favor da melhoria do bem-estar são fundamentados na teoria das vantagens comparativas: todos os países irão prosperar se cada um se concentrar no que puder fazer melhor. As atividades econômicas mais recompensadoras são aquelas mais compatíveis com a disponibilidade de recursos naturais e com os dons naturais de cada país. Tentar produzir o que os outros países oferecem mais eficientemente vai apenas diminuir o bem-estar de todos. (EVANS, 2004, p. 31)

Desde seu surgimento, até os dias atuais, a Divisão Internacional do Trabalho sofreu alterações, ajustando-se à dinâmica e ao período histórico em que se encontrava. Tal fato é evidenciado por João Manuel Cardoso de Mello no livro *O Capitalismo Tardio*:

[...] **nova divisão internacional do trabalho que se vai estruturando a partir da Revolução Industrial.** Antes, colônia, produtora de metais preciosos e produtos agrícolas coloniais, porque assim o determinavam os interesses da burguesia mercantil metropolitana, e sujeita a mecanismos compulsórios de comércio, quer dizer, ao monopólio de comércio metropolitano. Depois, Estado-Nação produzindo alimentos e matérias-primas para os países industriais, economia refexa porque atrelada aos tempos e contratempos da demanda externa. Antes e depois, estrutura produtiva pouco diferenciada, periferia subordinada ao centro, economia dependente. (DE MELLO, 1991, p. 30, grifo do autor)

A Divisão Internacional do Trabalho era então fragmentada entre o grupo das economias industrializadas, com estruturas produtivas variadas e altamente especializadas, produtoras de mercadorias de alto valor agregado, e a periferia, composta por países exportadores de produtos primários, de baixo valor agregado, direcionados aos países do centro. Tal divisão cria uma dinâmica que, de certo modo, dificulta as economias periféricas de se desenvolverem e se industrializarem unicamente por vontade própria, dado que a indústria possui elementos que promovem a atividade primária exercida pelos países da periferia, porém, a produção primária não surte o mesmo efeito nas economias de centro. Por exemplo,

se a demanda por alimentos cresce, a produção é estimulada naturalmente, porém, se a produção de alimentos aumenta, a demanda não necessariamente segue o mesmo ritmo, figurando como uma via de mão única.

Ou seja, o centro tem a capacidade de estimular a atividade na periferia gerando demanda por produtos primários e, conseqüentemente, o desenvolvimento de sua economia, porém, o aumento espontâneo da produção primária da periferia não possui um elemento capaz de estimular a atividade industrial do centro para que tal produção seja absorvida por este, gerando assim, certa dependência da demanda e do consumo dos países centrais.

Sendo assim, a periferia, por se caracterizar como exportadora de produtos primários se vê “presa” à demanda oriunda dos países centrais para o crescimento e desenvolvimento de sua própria economia. Tal situação se dá por conta da deterioração das relações de troca, termo concebido pelo economista argentino Raul Prebisch em estudos realizados para a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, mas que se aplica às demais regiões. Em suma, o termo criado por Prebisch pode ser explicado pelo elevado uso de recursos humanos na produção primária e pelo baixo valor agregado de seus produtos, influenciando diretamente nos preços e lucros, sendo um empecilho ao emprego do progresso técnico alcançado pelos países centrais, bem como da própria periferia, gerando uma condição de dependência. O trecho a seguir, extraído do livro *O Capitalismo Tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello, expõe tal ideia:

A dinâmica da economia mundial tende, portanto, a aprofundar o desenvolvimento desigual (cuja expressão imediata é o desnível de produtividade média e de renda entre centro e periferia), porque o centro é capaz de conservar seus incrementos de produtividade e, ainda, de se apropriar de parte dos resultados do progresso técnico introduzido na periferia. Em outras palavras, há uma tendência à concentração dos frutos do progresso técnico nas economias centrais, e o mecanismo pelo qual isto se dá é a deterioração das relações de troca. (DE MELLO, 1991, p. 16)

Os diferentes níveis de desenvolvimento entre os países centrais e os periféricos se dão, grosso modo, pela discrepância entre as técnicas produtivas dos países industrialmente desenvolvidos e pela capacidade de poupança dos periféricos. As técnicas produtivas dos países do centro requerem um alto nível de investimento per capita, porém, o desenvolvimento gradual da produtividade fez com que tais países alcançassem capital suficiente para tal. No caso dos países da

periferia, o baixo nível de renda faz com que a poupança seja escassa, tornando árduo ou até mesmo impraticável o investimento visando o desenvolvimento das técnicas produtivas.

O cenário começa a mudar com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, quando os países da periferia buscam alternativas às exportações de produtos primários devido à baixa demanda ocasionada pela guerra e por conta da fragilidade da economia mundial, havendo um rompimento parcial da divisão internacional do trabalho. Sendo assim, este novo cenário é visto pelos países periféricos como a grande oportunidade de alavancar o desenvolvimento de suas economias, porém, cada qual com estratégias singulares e de acordo com a situação em que cada país se encontrava.

Portanto, a primeira metade do século XX marca o início da caminhada dos países periféricos ao chamado processo de *catching-up* e sua condição de industrialização tardia, a serem expostos e analisados no capítulo a seguir.

## 2. Industrialização Tardia e o processo de *catching-up*

Com a industrialização desabrochando primeiramente na Inglaterra no século XVIII, depois, expandindo-se às demais potências no século seguinte, finalmente, em meados do século XX as economias conhecidas como periféricas experimentam a real chance de alcançar o desenvolvimento de produção industrial e tecnológico dos países de centro ou, pelo menos, reduzir a discrepância do vácuo existente entre eles.

Este capítulo tem como objetivo explorar e apresentar as propriedades da industrialização tardia e do processo de *catching-up*<sup>1</sup> pelos quais os países, até então, periféricos, como os que este trabalho tem como foco, – Japão, Coreia do Sul e Brasil – passaram a fim de alcançarem a condição em que se encontram atualmente.

### 2.1 Industrialização Tardia

Após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), China, Coreia do Sul, Argentina, Brasil, Turquia, entre outros; países que possuíam em comum o atraso no que tange o desenvolvimento industrial, social e econômico, passam a integrar uma nova categoria de países, os de industrialização tardia, pairando sobre as demais economias da periferia e sob os países centrais. Isto significa o movimento deste grupo em seguir a ambição de deixar a condição de países periféricos, exportadores de produtos primários e com economias pouco diversificadas, visando alçarem-se à condição das nações desenvolvidas e industrializadas, com estruturas produtivas variadas e altamente especializadas, produtoras de mercadorias de alto valor agregado.

Em *A ascensão do “resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia*, Alice H. Amsden expõe uma divisão entre os países de desenvolvimento atrasado, alocando-os em dois grupos distintos, “resto” e “resquício”. Segundo Amsden, o “resto” é compreendido pelos asiáticos China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Malásia, Tailândia e Taiwan; pelos latino americanos Argentina, Brasil, Chile e México; e pela Turquia no Oriente Médio. Tais países têm em comum a experiência manufatureira mais avançada em relação ao “resquício”,

---

<sup>1</sup> Termo em inglês que, com tradução literal, significa alcançar.

adquirindo no período pré-guerra técnicas na produção de tecidos, alimentos e bens de consumo leves, estando aptos a seguir para os setores de média e alta tecnologia empregada. De tal forma, o grupo denominado por ela como “resquício” compreende os países que não foram capazes de aproveitar e acompanhar tal fenômeno. (AMSDEN, 2009, p. 28)

A ascensão do “resto” foi uma das mudanças fenomenais da segunda metade do século XX. Pela primeira vez na história, países “atrasados” se industrializaram *sem inovações próprias*. Eles avançaram em indústrias que exigem um elevado grau de capacidades tecnológicas sem terem inicialmente nenhuma capacidade tecnológica avançada própria. A industrialização tardia foi um caso de *aprendizado puro*, o que significa uma completa dependência inicial da tecnologia comercializada por outros países para estabelecer indústrias modernas. Essa dependência emprestou ao avanço suas normas distintivas. (AMSDEN, 2009, p. 29, grifo do autor)

O aumento da participação do “resto” na produção manufatureira e no PIB mundial durante a segunda metade do século XX pode ser observado claramente na tabela a seguir (Tabela 1):

**Tabela 1 – Participação do “resto” no PIB mundial**

Participação		1965 (%)	1995 (%)
Com a China	PIB	7,0	14,1
	PIB em manufaturas	4,9	17,4
Sem a China	PIB	6,3	11,6
	PIB em manufaturas	4,3	12,9

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados adaptados de Amsden (2009)<sup>2</sup>

Assim como já se é sabido, o investimento em conhecimento é uma das essências do desenvolvimento econômico, embora este ativo seja de difícil acesso.

<sup>2</sup> Dados extraídos do livro A ascensão do “resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia.

O processo de desenvolvimento econômico tem como premissa a transposição dos ativos baseados em produtos primários, que empregam mão de obra não especializada, para ativos baseados no conhecimento, este último, utilizando mão de obra altamente especializada. Tal processo exige a inclusão de capital humano e físico em busca de renda voltada para as manufaturas, sendo estas, a essência do crescimento e desenvolvimento econômico moderno. O setor manufatureiro é onde os ativos que têm por base o conhecimento foram desenvolvidos e tiveram extrema importância, de tal forma, a destreza no processo de transição de produtos primários para a produção industrial é proporcional à quantidade e qualidade de tais ativos.

A natureza da própria tecnologia torna o conhecimento difícil de adquirir. Como as propriedades de uma tecnologia não podem necessariamente ser de todo documentadas, a otimização de processos e a especificação de produtos permanecem uma arte. As habilidades gerenciais que essa arte compreende são antes tácitas que implícitas. Capacidades tecnológicas que geram novos produtos e novas técnicas de produção são parte dos ativos “invisíveis” de uma empresa (Itami, 1987). Tais ativos permitem à empresa vender abaixo dos custos dos concorrentes e acima de seu padrão de qualidade. Como ativos baseados no conhecimento são exclusivos, intangíveis e portanto difíceis de copiar, eles conduzem a lucros acima do normal e conferem a seus detentores rendas monopolísticas (Wernerfelt, 1984). (AMSDEN, 2009, p. 33)

De modo geral, os ativos baseados no conhecimento caracterizam-se como um conjunto de habilidades responsáveis por permitir que quem as possui tenha a capacidade de produzir e dispor de um produto que se mantém acima dos preços praticados pelo mercado, ou que tenha seus custos reduzidos. Os ativos baseados no conhecimento são insumos especiais por serem de difícil acesso, seja por meio de sua criação ou aquisição.

Assim como exposto anteriormente, os países que compunham o chamado “resto” obtiveram sucesso no desenvolvimento de indústrias de média tecnologia, porém, China, Coreia do Sul, Índia e Taiwan, conseguiram maior êxito do que os demais em se tratando de se converterem em economias com base no conhecimento. Isto se deu por conta destes países investirem maciçamente em habilidades e técnicas nacionais próprias, o que acabou por auxiliar na sustentação da propriedade nacional de empresas nas indústrias que empregam tecnologia mediana e a continuar seguindo em direção aos setores de alta tecnologia, tomando como base “líderes nacionais”. Indo na contramão dos asiáticos mencionados acima, Argentina, México, Brasil e Turquia, esses dois últimos em menor grau, fixaram seu crescimento futuro à dependência do *know-how* estrangeiro. Desta forma, houve

amplo investimento estrangeiro nestes países, porém, o investimento no que tange a ciência e tecnologia foi ínfimo.

*O tipo de experiência manufatureira do pré-guerra distinguia países dentro do “resto”. Quanto maior a continuidade na transmissão de conhecimento antes e depois da Segunda Guerra Mundial, e quanto maior a descontinuidade na propriedade de empresas estrangeiras, maior a base para o surgimento de líderes nacionais e para a formação de habilidades nacionais. (AMSDEN, 2009, p. 33)*

Embora parte do “resto” estivesse empenhada em desenvolver suas próprias tecnologias, não se pode dizer que estes não continuaram adquirindo tecnologia estrangeira em larga escala. Vale salientar o entrave enfrentado por terem que investir em adaptações para que as tecnologias estrangeiras funcionassem localmente.

Observava-se o surgimento de uma divisão entre os países que compunham o “resto”. De um lado, as economias que tinham como estratégia se “clonar” a fim de se mostrarem atrativas aos investidores estrangeiros, sendo a filiação mexicana ao NAFTA – *North American Free Trade Agreement*<sup>3</sup> – um exemplo do grupo dos “integracionistas”. Do outro lado, o grupo dos “independentes”, caracterizado por países que visavam o desenvolvimento de sistemas de inovação nacionalista e almejavam habilidades exclusivas com base no conhecimento.

É importante frisar que o que diferencia a escolha pela abordagem do grupo dos “integracionistas”, dos “independentes”, no que tange o método escolhido para a transição dos ativos de produtos primários para ativos baseados no conhecimento, é a influência exercida por duas forças: a experiência manufatureira adquirida por um país durante seu estágio inicial de transição, ou seja, uma força de caráter histórico; e a maneira como os recursos estavam distribuídos no setor primário, ou seja, a distribuição de renda.

Diante disso, a experiência manufatureira adquirida no pré-guerra pode ser dividida em três tipos não excludentes: pré-moderna, emigrada e colonial. A pré-moderna, pela qual podemos destacar China, Índia e México, originou-se das atividades artesanais. A emigrada, vivenciada por Taiwan, Indonésia, Malásia, entre outros; teve influência fundamental dos emigrados da China, enquanto os

---

<sup>3</sup> Tratado Norte-Americano de Livre Comércio. Bloco econômico estabelecido em 1992, composto por Estados Unidos, Canadá e México.

provenientes do Atlântico norte influenciaram as indústrias manufatureiras na América Latina e Turquia. O terceiro e último tipo a ser abordado aqui, o colonial, se caracteriza pelo *know-how* e pelas organizações promovidos por meio dos antigos elos coloniais, oriundos, por exemplo, da China na Manchúria e do Atlântico norte na Índia.

Sendo assim, a experiência manufatureira não se caracteriza meramente pelo acúmulo de conhecimento, e sim como um cabedal de conhecimento filtrado histórica e institucionalmente. (AMSDEN, 2009, p.49)

Dadas tais abordagens, observa-se que China, Coreia, Índia e Taiwan, todos com experiência manufatureira colonial, investiram maciçamente em habilidades e empresas nacionais. Enquanto os países mais negligentes em relação ao investimento em habilidades avançadas, e que usufruíram em maior quantidade de investimento estrangeiro direto (IED), como Argentina, Brasil, Chile, México e Turquia, possuíam, todos, experiência emigrada do Atlântico norte.

O Investimento Estrangeiro Direto se caracteriza, grosso modo, como a administração de capitais internacionais com fins específicos de investimento. Ocorre quando empresas ou indivíduos no exterior desenvolvem ou contraem operações em outro país. Segundo Janamitra Devan, Vice-Presidente de Desenvolvimento do Setor Privado e Financeiro do Banco Mundial:

O investimento estrangeiro direto é fundamental para o desenvolvimento dos países, especialmente em tempos de crise econômica. Isso traz novo, e mais comprometidos, capital, introduz novas tecnologias, e estilos de gestão, ajuda a criar novos empregos e estimula a concorrência para reduzir preços e melhorar o acesso da população local aos bens e serviços. (DEVAN, 2010)<sup>4</sup>

A ascensão das empresas nacionais nos países de experiência manufatureira colonial e a ampliação do estoque de investimento estrangeiro nos países com experiência emigrada oriunda do Atlântico norte é apresentada no trecho que segue abaixo:

Após a Segunda Guerra Mundial e a ascensão de movimentos radicais de independência e descolonização, os países com experiência manufatureira colonial foram capazes de nacionalizar, expropriar ou adquirir empresas de propriedade estrangeira. Empresas de propriedade nacional podiam então

---

<sup>4</sup> Comunicado à imprensa concedido em 7 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2010/07/07/countries-opportunities-boost-global-investment-competitiveness-finds-world-bank-group>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.

aproveitar a vantagem do “primeiro lance” para expandir indústrias com vastas economias de escala. Países com experiência emigrada do Atlântico norte, em contraste, não tiveram uma descontinuidade comparável [...]. Os países com experiência emigrada do Atlântico norte também tenderam a ter um estoque maior de investimento estrangeiro, porque sua experiência manufatureira do pré-guerra tinha ido mais longe e portanto seus mercados internos tinham-se tornado relativamente grandes, constituindo um atrativo para investidores estrangeiros. Como consequência, empresas nacionais nascentes tendiam a ser “*expelidas*” por empresas multinacionais [...]. (AMSDEN, 2009, p. 50)

Da mesma forma como o investimento em conhecimento e no desenvolvimento de tecnologias, a transferência tecnológica mostra-se continuamente como condição essencial para os países de industrialização tardia.

## 2.2 Processo de *Catching-up*

Assim como abordado anteriormente, o emprego tecnológico nos países de industrialização tardia pode-se dar de diferentes formas, investindo-se na pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias nacionais ou por meio da transferência tecnológica oriunda dos países com grau de industrialização avançado.

O conceito de *catching-up* (alcançar, em tradução literal) pode ser definido como a aspiração dos países de industrialização tardia em alcançar o nível de desenvolvimento tecnológico dos países do centro ou, pelo menos, reduzir o hiato existente entre eles. Ou seja, é a determinação dos países periféricos na busca pela convergência tecnológica com os países centrais, tendo o governo como seu principal impulsionador.

Segundo o economista estadunidense Moses Abramovitz<sup>5</sup> (1986), a existência do hiato tecnológico entre as economias de centro e as da periferia acaba por criar a oportunidade dos periféricos em imitar e explorar tecnologias já radicadas pelos países centrais, apresentando potencial para que cresçam mais e mais rápido que o país imitado. Salaria também que quanto maior for a lacuna de desenvolvimento tecnológico entre o país copiado e o que copia, maior o potencial de crescimento da produção do último. Assim como observado no trecho exposto a seguir:

Those who are behind, however, have the potential to make a larger leap. [...] So – the larger the technological and, therefore, the productivity gap

---

<sup>5</sup> *Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind* publicado no *The Journal of Economic History* (junho de 1986)

between leader and follower, the stronger the follower's potential for growth in productivity; and, other things being equal, the faster one expects the follower's growth rate to be. Followers tend to catch up faster if they are initially more backward.<sup>6</sup> (ABRAMOVITZ, 1986, p. 387)

É essencial frisar que o simples fato da existência do hiato tecnológico não configura que o processo de *catching-up* irá ocorrer. O sucesso na realização do *catching-up* é condicionado ao emprego de medidas capacitivas aliadas a um ambiente propício, a fim de que seja possível aprender, absorver e adaptar a tecnologia oriunda dos países mais avançados, por meio do investimento maciço em pesquisa e desenvolvimento (P&D). O país tecnologicamente atrasado deve apresentar capacidades sociais desenvolvidas o bastante para que seja possível aproveitar o potencial proporcionado pelo hiato tecnológico, portanto, é essencial que a população esteja preparada para lidar com as mudanças advindas do emprego dessas novas tecnologias e a nacionalização das mesmas.

Para que as capacidades essenciais ao processo de *catching-up* alcancem o nível necessário, é preciso que haja investimento na adequação dos recursos humanos e que sejam empregadas políticas governamentais visando à ligação entre os institutos de pesquisa, as empresas e os demais setores envolvidos, a fim de que as tecnologias imitadas sejam implantadas do modo mais bem sucedido possível.

De acordo com os economistas Roberto Mazzoleni e Richard R. Nelson<sup>7</sup> (2007), todos os casos de *catching-up* que obtiveram sucesso apresentaram três elementos em comum. O primeiro elemento é exposto como o fluxo de pessoas dos países atrasados em direção aos mais avançados a fim de receberem treinamento e aprenderem sobre as tecnologias usadas, assim como o fluxo de profissionais como consultores advindos dos países mais avançados. O segundo elemento abordado é a efetiva participação do governo, tendo papel fundamental no suporte e na orientação da indústria durante o processo de *catching-up*. A participação do governo se deu de diversas maneiras, entre elas, variadas formas de proteção e subsídio, direto ou indireto. O terceiro e último elemento observado por Mazzoleni e

---

<sup>6</sup> Em tradução livre: Aqueles mais atrasados têm potencial para um salto maior. Portanto, maior o hiato tecnológico e produtivo entre líder e seguidor, maior o potencial de crescimento em produtividade do seguidor. Quanto mais atrasado o seguidor inicialmente, mais rápido ele tende a alcançar o líder.

<sup>7</sup> *Public research institutions and economic catch-up*. Disponível em: <<http://myweb.rollins.edu/tlairson/pek/pricatchup.pdf>> Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

por Nelson se dá pelas brandas leis referentes ao direito de propriedade intelectual em vigência nos países atrasados o que acabava por favorecer as imitações.

Desta forma, observa-se que não basta o anseio pela prática do *catching-up*, pois seu exercício e sucesso são condicionais a variados pontos que devem ser, com ações governamentais, resolvidos, alcançados e, ou, difundidos para que se alcance a equiparação tecnológica e de desenvolvimento com os países avançados almejada pelo *catching-up*.

### 3. As políticas adotadas por Japão, Coreia do Sul e Brasil

O atual capítulo visa expor os modelos adotados por Japão, Coreia do Sul e Brasil – países de industrialização tardia –, abordando suas políticas de desenvolvimento, estratégias e medidas tomadas desde seu contexto anterior à industrialização até os dias atuais, expondo as transformações sociais e econômicas pelas quais passaram durante tal processo.

A comparação dos índices de desenvolvimento entre os países do continente latino-americano como o Brasil, com os países do Extremo Oriente como a Coreia do Sul e o Japão, se faz inevitável dada à disparidade dos mesmos, o que nos instiga a realizar este trabalho a fim de analisar as políticas aplicadas por cada um desses países e compreender a razão de tal discrepância.

É de suma importância caracterizar e contextualizar sobre os países que este trabalho trata, sendo assim, as duas tabelas a seguir (Tabela 2.1 e Tabela 2.2) expõem dados da situação atual em que Japão, Coreia do Sul e Brasil se encontram em termos populacionais, área, Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

**Tabela 2.1 – População, extensão territorial e PIB**

<b>País</b>	<b>População</b> (milhões de hab.)	<b>Área</b> (km <sup>2</sup> )	<b>PIB</b> (US\$)	<b>PIB <i>per capita</i></b> (US\$)
Coreia do Sul	50.2	99 mil	1.3 trilhão	26 mil
Japão	127.3	377 mil	4.9 trilhões	38.5 mil
Brasil	200.4	8.5 milhões	2.2 trilhões	11 mil

Fonte: Banco Mundial (2013)<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Dados do Banco Mundial referentes ao ano de 2013. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/country/korea>>, <<http://www.worldbank.org/en/country/japan>> e <<http://www.worldbank.org/en/country/brazil>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2015.

**Tabela 2.2 – Índice de Desenvolvimento Humano/2013**

País	IDH	Posição no ranking
Coreia do Sul	0,891	15
Japão	0,890	17
Brasil	0,744	79

Fonte: PNUD<sup>9</sup>

Analisados os dados expostos acima, podemos observar a distância existente entre os indicadores dos dois países asiáticos em relação ao Brasil. Dentre os três, o Brasil é o que apresenta a pior colocação no ranking de desenvolvimento humano, que avalia renda, educação e saúde, além de possuir a menor renda *per capita*, menos da metade da apresentada pela Coreia do Sul e três vezes menor que a do Japão. O Brasil é, de longe, o possuir da maior população e extensão territorial dentre os três países.

Após nos situarmos brevemente sobre a situação atual de Japão, Coreia do Sul e Brasil, e seguindo com o objetivo desse trabalho, os tópicos seguintes abordarão, individualmente, os modelos e políticas adotadas no que tange o desenvolvimento industrial de cada um dos três países.

Vale advertir que a ideia da existência de um só caminho para se alcançar o desenvolvimento é inexata, assim como evidenciado em *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que chegaram depois*, no trecho abaixo:

O mais importante, porém, é que as experiências mais exitosas desmistificam a ideia de que haveria um caminho único e seguro para o desenvolvimento – que poderia ser resumido na rápida liberalização econômica, num rígido ajuste fiscal e na desregulamentação –, como o seguido praticamente pela maior parte dos países latino-americanos, e do qual a Argentina foi o mais fiel seguidor. (RICUPERO; RODRIK, 2002, p. 17)

Portanto, a afirmação de que o único caminho para que se atinjam bons e duradouros índices de desenvolvimento é a liberalização econômica se torna falha a partir dos argumentos expostos pelos autores. Existe certa abundância de meios que podem levar ao tão almejado desenvolvimento. A escolha dos instrumentos e

<sup>9</sup> Relatório do Desenvolvimento Humano de 2014 publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2014.

das estratégias a serem utilizadas para que se alcance o desenvolvimento deve levar em consideração o meio em que serão aplicados, pois um modelo aplicado com sucesso em um país, não necessariamente irá obter êxito em outro, por isso a importância da avaliação e adaptação dos métodos a serem aplicados. Como, por exemplo, o caso do Japão, que durante a Restauração Meiji utilizou os códigos civil e comercial alemães como modelos para a construção de algumas de suas instituições, copiando alguns pontos e alterando outros para que se encaixassem no contexto e necessidades locais. (CHANG, 2004, p. 89)<sup>10</sup>

### 3.1 Japão

O Japão localiza-se no extremo leste asiático, e possui população estimada em aproximadamente 127 milhões de habitantes distribuídos em uma área de cerca de 380 mil km<sup>2</sup>, sendo o 10º país mais populoso do mundo. Segundo dados de 2013 do Banco Mundial, o PIB japonês exibiu crescimento de 1.6%, representando a quantia de 4.9 trilhões de dólares, o que caracteriza um PIB *per capita* de aproximadamente 38,5 mil dólares. Ocupando a 17ª posição no ranking de IDH, o Japão figura entre as nações com maior Índice de Desenvolvimento Humano, apresentando valor 0,890, considerado muito elevado.

A experiência de industrialização japonesa é tida como uma das mais notáveis visto que em menos de meio século abandonou a condição de país atrasado, agrícola e arcaico e se tornou uma grande potência, exercendo influência principalmente no continente asiático.

Sua industrialização se deu a partir da Restauração Meiji em 1868, sendo o Japão o primeiro dos países de industrialização tardia a se industrializar. Sua industrialização fazia parte de um projeto que almejava dotar o país de um exército e instituições modernas a fim de fazer frente aos exércitos ocidentais e vizinhos, visando prevenir que o Japão viesse a se tornar uma colônia estrangeira, além do anseio de uma nação desenvolvida e moderna. Tal fato é abordado por Ernani Teixeira Torres Filho em *Japão: da industrialização tardia à globalização financeira*, de onde o trecho a seguir foi retirado:

---

<sup>10</sup> Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica, Ha-Joon Chang, 2004.

Esse processo foi conduzido por uma elite que havia tomado o poder na Restauração Meiji (1868) e que tinha como principal projeto impedir que o Japão se tornasse uma colônia estrangeira, à semelhança do que estava ocorrendo com impérios da tradição e do porte da Índia e da China. Para tanto, era condição necessária dotar o país não só de um exército nacional e de instituições modernas, mas também de uma indústria capaz de, sob controle de capitais nacionais, garantir o fornecimento dos meios necessários ao enfrentamento tanto dos exércitos ocidentais quanto dos países vizinhos. Ao longo do último quartel do século XIX, depois de várias guerras com os chineses, o Japão se afirmou definitivamente como potência internacional em 1905, com a vitória sobre os russos, seus inimigos históricos. (TORRES FILHO, 1999, p. 223)

Nos primeiros anos da Restauração Meiji, o Japão foi transformado radicalmente pela estratégia política de formação de recursos humanos por meio da aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos nas nações mais avançadas do Ocidente, como na indústria naval do Reino Unido, Direito na França, comércio nos Estados Unidos, visando o melhor que cada país poderia proporcionar. (SICSÚ; DA SILVA; ROSENTHAL, 1989, p. 17)

Ainda sobre a importação de conhecimentos, Ha-Joon Chang, em *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, nos faz enxergar como se deu tal processo:

O Estado Meiji tratou de importar e adaptar as instituições dos países mais avançados que lhe pareciam necessárias ao desenvolvimento industrial. Não é fácil identificar o “modelo” estrangeiro específico que inspirou cada uma das diversas instituições japonesas da época, mas o fato é que o que surgiu inicialmente foi uma verdadeira colcha de retalhos institucional. A legislação penal teve a influência do direito francês, ao passo que grande parte da comercial e da civil era alemã com alguns elementos britânicos. Montou-se o Exército nos moldes alemães (com certa influência francesa); e a Marinha, nos moldes britânicos. O banco central foi plasmado a partir do belga, e o sistema bancário em geral baseou-se no norte-americano. As universidades eram norte-americanas, as escolas também, no começo, mas não retardaram a adotar os modelos francês e alemão, e assim por diante.

É ocioso dizer que essas instituições demoraram a se enraizar. Todavia, os historiadores consideram extraordinária a velocidade com que os japoneses as assimilaram e adaptaram. Não merecem menos atenção as várias inovações institucionais ocorridas no pós-guerra, como o trabalho vitalício e as redes duráveis de subcontratação. (CHANG, 2004, 89)

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), as indústrias europeias se viam impedidas de atender a demanda dos mercados asiáticos, sendo estes supridos por indústrias japonesas, o que acaba por gerar um *boom* nas exportações do Japão, que ao fim da guerra se encontrava com reservas internacionais altíssimas.

Uma das formas que se deu a participação estadunidense no desenvolvimento econômico e industrial do Japão foi pela sua derrota frente os Estados Unidos e pela conseqüente ocupação militar americana após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), que primeiramente teve caráter punitivo, mas que com a ameaça comunista, se tornou uma aliança para a ascensão do capitalismo na Ásia, tendo o Japão como “vitrine”.

Após a Segunda Guerra Mundial, assim como foi abordado acima, o Japão é ocupado militarmente pelos Estados Unidos, ocupação que apresentava caráter punitivo pela “aventura militar” cometida pelo Japão. Porém alguns anos depois, temendo a ascensão comunista, os Estados Unidos se utilizam do Japão para fortalecer a presença capitalista na região. Portanto, agora Estados Unidos e Japão se encontram como aliados, sendo, o primeiro, grande impulsionador para a recuperação econômica e industrial do último, fato exposto pelo trecho abaixo:

A ocupação militar pelas forças americanas em 1945 representou a mais profunda ruptura da ordem política desde a Restauração Meiji. Inicialmente, os EUA pretenderam punir permanentemente a nação japonesa por sua “agressão militarista”. Isso representava desmobilizar e reordenar a economia e a sociedade, prevenindo assim qualquer tentativa de recuperação da antiga posição de potência asiática. Este lugar estava, agora, reservado para o principal aliado dos americanos na “Guerra do Pacífico”<sup>11</sup>, a China.

A partir de 1948, com o acirramento da Guerra Fria, os Estados Unidos reviram completamente sua política externa. Era urgente isolar os países sob domínio soviético e, ao mesmo tempo, incorporar os antigos inimigos fascistas ao bloco ocidental. Nesse contexto, o Japão tornava-se um aliado estratégico relevante na luta contra a expansão comunista na região, ameaçada pela Revolução Chinesa e pela Guerra da Coreia. Devia-se, portanto, promover a recuperação de sua economia e revitalizar as lideranças políticas locais, de forma a integrar o país, o mais rápido possível, à nova ordem internacional, que estava sendo constituída sob o domínio dos Estados Unidos. (TORRES FILHO, 1999, p. 224)

Assim, como no início de seu processo de industrialização, o Japão se recupera e volta a se desenvolver rapidamente, apresentando, de novo, invejáveis taxas de crescimento.

A exemplo do que havia acontecido no final do século XIX, os japoneses surpreenderam o mundo com o sucesso de sua reinserção internacional. Entre 1953 e 1973, suas taxas de crescimento foram mantidas a níveis próximos a 10% ao ano. O déficit externo, de natureza estrutural, foi eliminado. A antiga estrutura industrial, baseada na têxtil, foi substituída por uma nova, centrada nos setores de equipamentos, insumos básico e bens

---

<sup>11</sup> Nome dado à Segunda Guerra Mundial pela literatura japonesa.

duráveis, capaz de competir com produtos americanos e europeus de alto valor e densidade tecnológica.

O crescimento foi tão rápido que era difícil explicar, especialmente a partir do paradigma liberal, como um país pobre em recursos naturais, com elevado índice de desemprego, devastado pela Segunda Grande Guerra, atrasado tecnologicamente, protecionista comercialmente, avesso ao capital estrangeiro e com forte intervenção estatal, tinha conseguido, em menos de quinze anos, deixar definitivamente para trás o espectro do pobreza e do atraso, para se tornar, em 1968, a segunda economia do mundo capitalista [...]. (TORRES FILHO, 1999, p.225)

Sem embargo, após a Segunda Guerra Mundial, o crescimento recorde do Japão foi inusitado, particularmente até os anos 70. Entre 1950 e 1973, o PIB *per capita* cresceu surpreendentes 8% ao ano, mais do que o dobro da média de 3,8% dos dezesseis PADs<sup>12</sup> mencionados (média essa que inclui o Japão). Entre eles, tiveram melhor desempenho a Alemanha, a Áustria (4,9%) e a Itália (4,8%); nem mesmo o desenvolvimento miraculoso dos países do Leste Asiático, como Taiwan (6,2%) ou a Coreia (5,2%), chegou a rivalizar com o do Japão, apesar do “efeito de convergência” maior que era de se esperar em razão de seu atraso também maior. (CHANG, 2004, p. 91)

A inserção internacional do Japão se fez baseada em uma política de exportação de bens manufaturados, visto que possui um limitado leque de recursos naturais e pequena extensão territorial, sendo a industrialização uma das únicas opções disponíveis para se alcançar o desenvolvimento. Outro ponto importante destacar é a formação de conglomerados, conhecidos como *Zaibatsu* (similares aos *Chaebols* coreanos), onde uma empresa matriz detém diversas outras empresas que podem ter atuação similar ou não à da matriz. Por exemplo, a Mitsubishi, que opera na área de automóveis, eletrônicos, indústria química, entre outras áreas.

Devido ao sucesso das medidas empregadas visando seu desenvolvimento, o Japão viu seu setor industrial evoluir ao longo das décadas, passando da produção de manufaturas leves, com baixo valor agregado (como os têxteis), até chegar ao estágio atual, altamente sofisticado e tecnológico.

Assim como exposto no caso coreano, o Japão apresentou diferentes etapas referentes à sua industrialização, como o desenvolvimento da própria indústria, que no início do processo era baseada na produção de manufaturas leves, com pouca tecnologia agregada e que requeria mão de obra intensiva; para o atual estágio, referência no desenvolvimento *high-tech*, onde seus produtos apresentam alto grau

---

<sup>12</sup> Países Atualmente Desenvolvidos. Os dezesseis PADs mencionados são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Japão, Noruega, Suécia e Suíça.

de sofisticação e de emprego de tecnologia, produzidos por mão de obra altamente qualificada. (TORRES FILHO, 1999)

O sucesso alcançado pelo desenvolvimento econômico japonês é inegável, principalmente se levado em consideração um período tão curto para uma mudança tão drástica: de feudal e atrasado para uma das maiores economias do planeta.

### 3.2 Coreia do Sul

Localizada no leste asiático, a Coreia do Sul, oficialmente República da Coreia, possui população estimada em aproximadamente 50 milhões de habitantes distribuídos em uma área de cerca de 100 mil km<sup>2</sup>. Segundo dados de 2013 do Banco Mundial, o PIB sul-coreano exibiu crescimento de 3%, representando a quantia de 1.3 trilhão de dólares, o que caracteriza um PIB *per capita* de aproximadamente 26 mil dólares. Dividindo a 15<sup>a</sup> posição com Hong Kong no ranking de IDH, a Coreia do Sul figura entre as nações com maior Índice de Desenvolvimento Humano, apresentando valor 0,891, considerado muito elevado.

A história da Coreia é marcada pela influência sofrida por parte de países vizinhos, tendo sido anexada ao Japão no início do século XX, até ser expulso pelos Aliados ao fim da Segunda Guerra Mundial, após de mais de três décadas de ocupação. Durante o período da colonização, embora tivesse papel de produtor de produtos primários e semiprocessados para o Japão, empregaram-se na Coreia novas técnicas agrícolas e investiu-se em estudos e na implementação de ferrovias, embora muito tenha sido devastado durante a Segunda Guerra Mundial. O processo de industrialização coreana se deu ainda no período da ocupação japonesa, mais precisamente a partir de 1930. Com a proclamação da República da Coreia em 1948, o país se encontrava marcado pela Guerra Fria e, conseqüentemente, pela divisão entre Coreia do Norte e Coreia do Sul. É observado que após a divisão da Península da Coreia em norte comunista e sul capitalista, caminhos diferentes foram seguidos, assim como observado no trecho abaixo:

Durante a guerra, grande parte do legado japonês foi destruída, sofrendo a Coreia do Sul perdas das fontes energéticas e de áreas férteis para o plantio. Enquanto o Norte concentrou sua economia nos setores que produziam metais, produtos químicos e minerais não-metálicos, a Coreia do Sul se concentrou nos setores de manufaturados, têxteis, máquinas e

processamento de alimentos. (FREITAS; SICSÚ; SILVA; MELO, 1989, p. 130)<sup>13</sup>

Após a divisão e a constituição do novo Estado coreano, adotaram-se medidas visando a ampliação do sistema educacional, dada à alta taxa de analfabetismo<sup>14</sup> enfrentada, e o investimento na formação dos coreanos mais promissores em universidades no exterior a fim de que aprendessem técnicas modernas, tais medidas contaram com o auxílio estadunidense.

Na década seguinte ao fim da ocupação japonesa na Coreia, adotou-se um programa de substituição de importações, sendo assim, foram tomadas políticas cambiais e fiscais a fim de criar obstáculos à entrada de produtos estrangeiros. A Coreia do Sul não dispunha de recursos para a reconstrução do país, sendo assim, a ajuda estadunidense e das Nações Unidas foi utilizada. Os recursos oriundos dos Estados Unidos tinham intuíto que iam além da reconstrução do país, visando fortalecer o capitalismo na região frente o regime comunista do norte, assim como exposto a seguir:

A Coreia dos anos 50 era um país recentemente descolonizado, cuja economia acabara de abandonar o papel de semiprocessadora de produtos para o Japão; nessa década o país adotou um programa de industrialização substitutiva de importações. As indústrias-chaves eram fortemente protegidas por uma política cambial e fiscal que sobrevalorizou as taxas de câmbio, criou barreiras tarifárias e outros obstáculos à entrada de produtos estrangeiros, além de propiciar incentivos fiscais. Nesse período, o capital estrangeiro não tinha nenhum interesse na incipiente indústria coreana. O governo Rhee procurou maximizar extraordinariamente a entrada de ajuda financeira e militar em reforço às escassas fontes de recursos públicos. O governo americano e as Nações Unidas propiciaram os recursos necessários. Dessa forma, os recursos financeiros para a reconstrução do país foram na maior parte custeados pela *United Nations Korean Rehabilitation Agency*. [...] A finalidade da ajuda externa era também preservar o *status quo* político no poder com o objetivo de fortalecê-lo diante do regime comunista da outra Coreia. (FREITAS; SICSÚ; SILVA; MELO, 1989, p. 131)

O governo de Syngman Rhee, fortemente marcado pela influência estadunidense, foi responsável pela adoção de importantes medidas como o incentivo à produção de bens de consumo não-duráveis, criação de grupos capitalistas nacionais, implementação de uma reforma agrária visando a criação de uma burguesia rural, além do empenho no desenvolvimento educacional coreano.

<sup>13</sup> Extraído do livro *Política Científica e Tecnológica: no Japão, Coreia do Sul e Israel*.

<sup>14</sup> A taxa de analfabetismo beirava 80%. (FREITAS; SICSÚ; SILVA; MELO, 1989, p. 131)

Tais fatos podem ser comprovados no trecho extraído de *Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres*, de Luciano Coutinho (1999):

Nos anos 50 – com o país dividido em dois pela Guerra Fria e pelo desgastante conflito militar com a Coréia do Norte na primeira metade da década – a Coréia do Sul debatia-se com as etapas mais difíceis do processo de desenvolvimento industrial. A base pesada da indústria era quase inexistente e a burguesia nacional, débil e rarefeita, era inteiramente dependente do Estado. Sob o governo de Syngman Rhee, aliado incondicional e dependente de suporte dos EUA, foram dados os primeiros passos nas seguintes direções: 1) suporte à industrialização de bens de consumo não-duráveis, de baixa intensidade de capital, através de combinação clássica de créditos favorecidos e de licenças de importação; 2) criação de grupos capitalistas nacionais, através de operações subsidiadas de privatização de várias empresas que haviam sido encampadas pelo governo como herança de colonização japonesa; 3) sob pressão americana, iniciou-se a implantação de uma ampla reforma agrária, visando diminuir as tensões sociais no campo e criar uma nova base social de apoio ao regime, sob a forma de uma pequena burguesia rural; 4) ainda sob a inspiração dos Estados Unidos, o governo coreano empreendeu nos anos 50 um grande esforço de alfabetização e de desenvolvimento do ensino básico. (COUTINHO, 1999, p. 352)

Com a instauração do governo militar em 1961 e sob o comando do General Park Chung Hee a partir de 1963, vieram mudanças que foram essenciais para a economia sul-coreana, como as reformas monetárias e fiscais que acabaram por permitir o influxo de capital estrangeiro, além da implementação dos chamados planos quinquenais de desenvolvimento a partir de 1962, que visavam a promoção das exportações e a substituição das importações, aspirando a verticalização dos ramos industriais do país.

O posicionamento das atividades da Coreia do Sul em direção ao mercado externo é considerado como um dos grandes responsáveis pela transformação e pelo progresso vivenciado pelo país, tal fato se deu, principalmente, pela criação das zonas de processamento para exportação, aliadas ao investimento em educação e no treinamento da mão de obra industrial, além da ascensão e do fortalecimento dos *chaebols*<sup>15</sup>.

Uma das formas em que se dá a participação estadunidense no desenvolvimento econômico e industrial da Coreia do Sul é pela imensa participação americana nas exportações, gerando superávit (indo contra o déficit gerado nas

---

<sup>15</sup> Grandes conglomerados atuantes em diversas áreas.

relações comerciais com o Japão, de quem importava produtos). Mais de 20% das exportações sul-coreanas tinham os Estados Unidos como destino, enquanto o Japão representava aproximadamente 14%, porém, no que tange as importações, mais de 25% das importações da Coreia do Sul eram oriundas do Japão e, aproximadamente, 21% dos Estados Unidos. (BAUMANN, 2002, p. 340)

O processo de industrialização coreano pode ser dividido em três estágios distintos até adquirir o formato atual. Da década de 1950 até meados da década de 1960 deu-se o estágio inicial do setor industrial coreano, com predominância de manufaturas leves e de baixo valor agregado, utilizando mão de obra intensiva. O segundo estágio da industrialização coreana se dá a partir da década de 1970, mais intensificada, passa a utilizar mão de obra mais qualificada que a empregada anteriormente devido ao aumento da complexidade das manufaturas deste estágio. No terceiro e último estágio do processo de industrialização, ocorrido a partir da década de 1980 e que se estende até os dias atuais, a produção passa a ser focada em produtos sofisticados e de alta tecnologia agregada (*high-tech*), o que acabou por gerar a necessidade de mão de obra altamente especializada e qualificada.

Graças aos importantes investimentos em educação e na formação de engenheiros e cientistas, a Coreia pode suprir suas necessidades quanto ao emprego de mão de obra qualificada, essencial para o desenvolvimento de sua indústria, além de que com bons profissionais e bons institutos de pesquisa, o desenvolvimento de novas tecnologias e o aprimoramento das importadas se faz mais facilmente e influencia na indústria e em várias outras esferas da sociedade. Outro ponto responsável pelo investimento pesado do governo em educação se deu por conta da carência sul-coreana em recursos naturais, forçando um desenvolvimento de seu capital humano. (FREITAS; SICSÚ; SILVA; MELO, 1989, p. 131)

O padrão sul-coreano de desenvolvimento observado desde a década de 1960 é baseado na exploração do mercado externo, visando exportar em grandes quantidades e importar o mínimo possível. Apenas para fins ilustrativos, a importância alcançada pelas exportações na economia sul-coreana em 1998 correspondia a 41% do PIB. (BAUMANN, 2002) O processo de industrialização e desenvolvimento econômico da Coreia do Sul foi marcado pela forte presença de

ação do Estado, tal intervencionismo se dava, entre várias outras medidas, pelo controle, por parte do governo, das exportações e importações. O padrão coreano de desenvolvimento apresenta também uma concentração da estrutura produtiva, isso se dá através dos *Chaebols*, – grandes conglomerados que atuam em diversas áreas – que correspondem a uma boa parcela do PIB. Tão bem sucedida foi a empreitada dos *Chaebols* que atualmente suas produções são referência em tecnologia e qualidade, dado o sucesso alcançado pela Samsung, LG, Hyundai, entre outras.

Para se ter noção da dimensão e da importância dos *Chaebols* na economia da sul-coreana, em 1995 os trinta maiores *Chaebols* representavam o equivalente a 16% do PIB, 41% do valor acrescido no setor manufatureiro e 50% do valor exportado. O sucesso obtido quanto ao desempenho exportador do padrão desenvolvimentista coreano é inegável. A taxa média de crescimento das exportações coreanas entre as décadas de 1960 e 1990 foi de 30,5% a.a., contra 6% a.a. da taxa média mundial para o mesmo período. (BAUMANN, 2002, p. 328-331)<sup>16</sup>

Após décadas de restrições às importações e investimentos estrangeiros, intervencionismo maciço na economia e priorização da exportação como meio de alcançar o desenvolvimento, o governo coreano, em 1993, anuncia que visa a globalização como objetivo, fazendo com que diversas das restrições impostas anteriormente nas mais diversas esferas, mas principalmente no comércio e no que diz respeito aos investimentos estrangeiros, desaparecessem.

Desde os anos 90, o governo perseguiu uma estratégia de won<sup>17</sup> forte, baseada na preocupação com a estabilidade de preços e voltada para seguir estimulando alterações na composição das exportações, no sentido de produtos de maior valor adicionado. A entrada de capitais que se seguiu às medidas de liberalização no início dos anos 90 levou a uma sobrevalorização do won.

Em julho de 1993, o governo anunciou um plano de sete anos para a liberalização do setor financeiro. Os principais aspectos eram: desregulação gradual de todas as taxas de juros, exceto taxas sobre depósitos até 1997, eliminação da influência do governo sobre operações de empréstimos bancários, encorajando o desenvolvimento de concorrência e novos instrumentos financeiros, e liberalização do mercado de divisas e dos fluxos de capital. [...] Essa liberalização do mercado financeiro levou – em 1993-97 – a uma valorização (nominal e real) do won, que contribuiu para as

---

<sup>16</sup> Extraído do artigo *Coréia – Uma opção pelo Mercado Externo*, de Renato Baumann (2002).

<sup>17</sup> Moeda sul-coreana.

expectativas dos agentes que apostaram, em 1997, na debilidade da moeda coreana. (BAUMANN, 2002, p. 351-352)

Mais tarde, a Coreia foi atingida pela Crise de 1997, também conhecida como Crise do Sudeste Asiático, que acabou por fechar diversos conglomerados industriais, bancos, seguradoras, entre diversos outros setores que sofreram com os efeitos gerados pela crise. Visando medidas que recuperassem a economia e o ritmo da indústria coreana, o governo anunciou diversas reformas na área financeira do país e adotou medidas liberalizantes, abrindo diversas áreas aos investimentos estrangeiros (incentivos, como isenção de impostos, eram oferecidos pelo governo), medida quase impensável algumas décadas antes. Segundo Baumann (2002), as medidas adotadas pelo governo coreano tiveram êxito e fizeram com que a economia se recuperasse bem da Crise de 1997. O nível de reservas, que ao fim de 1997 atingiu US\$20 bilhões, atingia em 1999 US\$61 bilhões e a balança comercial passou de um déficit de US\$8,5 bilhões em 1997 para um superávit de US\$39 bilhões em 1998.

### **3.3 Brasil**

O Brasil localiza-se na América do Sul, sendo o maior país da região e o quinto maior do mundo, compreende uma área de cerca de 8.5 milhões de km<sup>2</sup>. Sua população é estimada em aproximadamente 200 milhões de habitantes, a quinta maior do planeta. Segundo dados de 2013 do Banco Mundial, o PIB brasileiro exibiu crescimento de 2.5%, representando a quantia de 2.2 trilhões de dólares, o que caracteriza um PIB *per capita* de aproximadamente 11 mil dólares. Empatado com a Geórgia e com Granada no ranking de IDH, o Brasil ocupa a 79<sup>a</sup> posição na classificação de desenvolvimento humano, apresentando valor 0,744, considerado elevado.

A industrialização do Brasil tem suas origens ainda no fim da década de 1920. Muitos produtores de café faliram devido à Crise de 1929, sendo assim, a produção cafeeira também entrou em decadência, obrigando o país a encontrar outros meios e alternativas produtivas, já que o café era o principal produto de exportação de nosso país. A burguesia cafeeira foi uma das grandes responsáveis pela introdução da industrialização no Brasil, dada sua capacidade de acumulação, assim como exposto no trecho a seguir:

**A burguesia cafeeira não teria podido deixar de ser a matriz social da burguesia industrial, porque única classe dotada de capacidade de acumulação suficiente para promover o surgimento da grande indústria.**

**O capital industrial não nasceu num momento de crise do complexo exportador cafeeiro. Despontou, ao contrário, num instante de auge exportador, em que sua taxa de rentabilidade terá, certamente, alcançado níveis elevadíssimos. (DE MELLO, 1991, p.143, grifo do autor)**

Além da Crise de 1929 e do estoque de capital acumulado por parte da burguesia cafeeira, outro fator que influenciou a industrialização no Brasil foi a imigração em massa vivenciada pelo Brasil a partir do fim do século XIX, por conta da abolição da escravidão em 1888, que acabou por demandar mão de obra que antes era suprida pelo trabalho escravo.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello (1991), o próprio complexo exportador cafeeiro gerou o capital e as condições que se faziam necessárias para a industrialização, que foi capaz de revelar-se rentável graças às medidas abaixo:

**Em suma, o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para a transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela de força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial.**

Naturalmente, a rentabilidade do investimento industrial mostrou-se, ao menos, positiva. Entendamos por quê.

Deve-se dizer, desde logo, que a indústria nascente contou com elevado grau de proteção, além da proteção “natural” representada pelos custos de transportes. Valeu-se, em primeiro lugar, de proteção tarifária. Pouco importa (neste nível de determinação do objeto) discutir se a tarifa tinha ou não propósitos protecionistas explícitos, o que interessa, ao contrário, é compreender que constituía o único instrumento tributário à disposição do Governo Federal que permitia não recaísse a carga fiscal diretamente sobre as burguesias exportadoras. (DE MELLO, 1991, p.147, grifo do autor)

No início da industrialização brasileira observa-se a existência de uma só grande indústria, sendo essa a de bens de consumo assalariado, destacando-se a têxtil. Tal fato pode ser explicado por conta da desvalorização cambial e pelo comportamento da taxa de salários, deste modo, a indústria pesada não se mostraria tão rentável quanto a indústria de bens de consumo, dado que a indústria pesada possui relação capital/trabalho maior que a de bens de consumo. Dito isso, vale salientar a existência de uma indústria pesada no Brasil, porém, bem menos significativa que a indústria de bens de consumo. Outro fator responsável pelo

pequeno porte da indústria pesada no Brasil se caracteriza pela mudança tecnológica que esta passou durante a Segunda Revolução Industrial, voltando-se às economias mais avançadas e exigindo alto investimento, além de não estar disponível no mercado internacional, sendo assim, arriscado demais para uma economia como a brasileira. Enquanto isso, a indústria de bens de consumo leve era de menor complexidade e se fazia largamente disponível no mercado internacional, além de o investimento inicial requerido ser acessível pela economia brasileira da época. (DE MELLO, 1991, 148-149)

José Carlos Miranda e Maria da Conceição Tavares em *Brasil: Estratégias de Conglomeração* (1999) ressaltam que o período de restrição às importações pelo qual o Brasil passou foi marcado pela diversificação e desenvolvimento da indústria nacional. O trecho a seguir evidencia a importância das restrições para a expansão da indústria brasileira:

Durante o período de restrição às importações (1930-1961) – com controle cambial explícito executado pela Cacex<sup>18</sup> – houve uma enorme expansão e diversificação da indústria brasileira para suprir a demanda interna, seja em contexto de restrições absolutas à capacidade de importar (1930-45) ou de restrições relativas (1947-61). É nesse período que se consolidaram as empresas brasileiras de gestão familiar, algumas das quais pertencentes ao mesmo proprietário, constituindo conglomerados<sup>19</sup> informais superdimensionados e diversificados setorialmente, por razões de dispersão do risco patrimonial.

Esses anos mudaram a configuração setorial da indústria brasileira. A participação das indústrias alimentar, de bebidas, fumo, couro, mobiliária, têxtil, vestuário e editorial e gráfica, que representavam, em 1949, 70% do valor da produção industrial, caiu para 49%, em 1961 (Tavares, 1973). Começavam a ganhar peso nesse período as indústrias de bens intermediários, de consumo duráveis e de equipamentos, que seriam o núcleo central da expansão industrial até a década de 1980. (MIRANDA; TAVARES, 1999, p. 330-331)

De início, assim como na Coreia do Sul e no Japão, nossa produção industrial tinha como base produtos de baixa tecnologia agregada e de mão de obra intensiva, porém já apresentava maior diversidade que nos anos anteriores. Ao longo das décadas, nossas indústrias se sofisticaram, embora na grande maioria, sem tecnologia genuinamente brasileira. Grandes montadoras estrangeiras de veículos

<sup>18</sup> Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil: lidava com o licenciamento e financiamento do comércio exterior brasileiro.

<sup>19</sup> “Vista sob a ótica patrimonial, tal expansão da indústria refletiu-se na criação de novas empresas pelos diferentes grupos familiares brasileiros, sem constituir entretanto as inter-relações econômico-financeiras características dos conglomerados dos países avançados.” (MIRANDA; TAVARES, 1999, p. 331)

se instalaram no Brasil, nos tornando um dos maiores produtores de carros no mundo, porém, a tecnologia empregada vem de suas matrizes no exterior.

Nossa indústria certamente evoluiu, porém, não no mesmo ritmo que a dos países asiáticos, que acabaram aprimorando suas práticas e agregando tecnologia à sua produção, seja por meio de tecnologia adquirida ou de tecnologias próprias. O investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D) não só faz falta quanto ao desenvolvimento nacional de novas tecnologias e seus aprimoramentos, como também, pela falta de mão de obra qualificada.

É evidenciado em *Brasil, Argentina e Coréia: uma análise comparativa (1970 – 1990)* que o Brasil passou por um período entre as décadas de 1960 e 1980 no qual vivenciou grande aceleração e desenvolvimento econômico, seguido de um período de instabilidade e baixo crescimento, devido ao endividamento externo, inflação e crises fiscais, assim como abordado no trecho a seguir:

Até o final da década de 1970, não parecia haver no que diz respeito ao crescimento econômico grande diferença entre a estratégia de desenvolvimento voltada para as exportações e a industrialização via substituição de importações. Apesar de profundas contradições, cabe lembrar que o Brasil, entre 1968 e 1980, viveu um elevado crescimento [...]. Contudo, a partir desse momento, [...] os países da América Latina entraram em um processo de baixo crescimento e instabilidade, caracterizado por crises inflacionárias, fiscais e de endividamento externo[...]. (CORSI; DOS SANTOS; CAMARGO, 2014, p. 6)

Assim como na América Latina, os países do leste asiático também focaram seus esforços na substituição de importações e no protecionismo, porém, foram bem sucedidos. Uma possível justificativa para o êxito dos asiáticos frente aos demais países em desenvolvimento, principalmente os latino-americanos, se deve ao modelo construído sobre poupança interna e mercado externo, enquanto a América Latina baseia-se na poupança externa e no mercado interno. (DE MELLO, 1991)

De início, podemos expor a maior parte dos países da América Latina como adeptos das recomendações das agências internacionais, que acabam por apresentar crescimento pífio se comparados aos asiáticos Coreia do Sul, Índia e China, estes últimos se utilizam de estratégias diferentes das empregadas em nosso continente, visto que protegem sua economia e focam na indústria.

Ao contrário das nações expostas anteriormente, o Brasil, embora apresente grandes taxas de crescimento ao longo de seu processo de industrialização, não

resultou no nível de desenvolvimento e distribuição de renda alcançados pelos asiáticos Coreia do Sul e Japão.

Analisando relatório do *World Economic Survey*<sup>20</sup> das Nações Unidas, de 1987, observa-se que, na década de 1970, cerca de trinta países em desenvolvimento, incluindo o Brasil e outros latino-americanos, apresentavam crescimento rápido (média anual de 4,5% de crescimento do Produto Interno Bruto). O número de países caiu para 14 na década seguinte e não contava com mais nenhum país da América Latina. Em um terceiro estudo realizado tomando como base os países dos estudos anteriores que conseguiram sustentar o crescimento ao longo das décadas de 1970 e 1980, observou-se que os cerca de oito ou nove países restantes eram asiáticos e todos apresentavam quatro pontos em comum, sendo eles:

1. Estado eficiente (burocracia estatal competente e alto grau de profissionalismo);
2. Estratégias e objetivos claros quanto ao desenvolvimento (percepção de suas vantagens comparativas e de o que almejavam para o futuro);
3. Aplicação de políticas de distribuição de renda e de acesso aos bens de produção, além de uma reforma agrária radical (Japão e Coreia do Sul são grandes exemplos, tendo o primeiro, grande parte das reformas patrocinadas pelas autoridades de ocupação americana);
4. Investimentos maciços em educação, pesquisa, ciência, tecnologia e recursos humanos.

Para Ricupero, o desenvolvimento se findaria frustrado, mesmo materialmente, sem a dimensão social e humana.

Levanta-se a importância dos incentivos de mercado para o desenvolvimento econômico, sendo que estes devem ser amplamente apoiados por sólidas instituições públicas, assim como ocorreu na Coreia do Sul e desempenhou papel fundamental para o admirável crescimento do país. Outro fator importante é o da liberalização parcial e gradual, assim como impulsionar o setor privado de maneira

---

<sup>20</sup> *World Economic Survey 1987* Disponível em: <[http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess\\_archive/1987wes.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_archive/1987wes.pdf)> Acesso em: 13 de fevereiro de 2015.

controlada e cautelosa. Grande parte dos casos notáveis está relacionada com a abertura paulatina e parcial para as importações e para o investimento estrangeiro, além de combinar as oportunidades apresentadas pelos mercados mundiais com estratégias de investimento interno, a fim de incitar os empresários nacionais.

De modo geral, percebe-se a necessidade de sólidas instituições públicas a fim de alcançar o desenvolvimento, assim como se faz fundamental a compreensão de que países como Coreia do Sul, Japão, Estados Unidos, entre outros, obtiveram êxito em seus processos de desenvolvimento graças à elaboração de modelos próprios ou pelo menos reformulados, para que seu emprego fosse viável e almejasse o sucesso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como mencionado anteriormente, a visão de que a liberalização econômica seja o único meio de se alcançar o desenvolvimento, altas taxas de crescimento e atrair investimentos não se faz verdadeira. O Japão e a Coreia do Sul adotaram medidas bastante protetoras durante um longo período de seus processos de industrialização e apresentam invejáveis índices econômicos e grandes conglomerados industriais possuidores de tecnologia genuinamente nacional, por exemplo. Algo semelhante ocorreu no Brasil durante o período de restrições às importações, período que impulsionou o desenvolvimento da indústria nacional, diversificando sua produção e que fez com que o país apresentasse altas taxas de crescimento.

Foi observado que tanto o Japão, quanto a Coreia do Sul, optaram por estratégias nacionais focadas no mercado externo como meio de inserção internacional, importando o mínimo possível e exportando em grandes quantidades, enquanto o Brasil focou no mercado interno de consumo.

Assim como já abordado, o processo de *catching-up* é visto como uma oportunidade de se livrar do atraso econômico e tecnológico, porém, para tal, é necessário que haja condições básicas para que o sucesso do processo seja alcançado, como a existência de bons engenheiros, a fim de que possam adaptar tecnologias estrangeiras e criar outras novas, com características genuinamente nacionais.

Outra característica importante do processo de industrialização desses países é que ambos os asiáticos investiram maciçamente em pesquisa e desenvolvimento (P&D), seja na capacitação da mão de obra, seja pela busca e aprimoramento de tecnologias ou pela criação de institutos de pesquisa e polos tecnológicos, por outro lado, o Brasil não se mostrou tão preocupado em investir grandes porcentagens do PIB nessa área, sendo esse um dos fatores pelo atraso tecnológico das produções brasileiras.

Em se tratando de países de industrialização tardia, fica evidente a necessidade da adoção de uma estratégia nacional que conte com efetiva participação do governo no sentido de orientar, conduzir e monitorar o

desenvolvimento do país estabelecendo metas estratégicas e bem definidas, incentivando e investindo nos setores relacionados. Para tanto, observa-se a necessidade de instituições nacionais sérias, bem estruturadas e eficientes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVITZ, Moses. **Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind.** *The Journal of Economic History*, Vol. 46, No. 2, The Tasks of Economic History (Jun., 1986), 385-406. Disponível em: <<http://sites-final.uclouvain.be/econ/DW/DOCTORALWS2004/bruno/adoption/abramovitz.pdf>>  
Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

AMSDEN, Alice Hoffenberg. A ascensão do “resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ARBIX, Glauco... [et al]. Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois. – São Paulo: Editora UNESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BAUMANN, Renato. Coréia – Uma Opção pelo Mercado Externo. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). *Coréia: visões brasileiras.* – Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002. p. 325-367.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CORSI, Francisco Luiz; DOS SANTOS, Agnaldo; CAMARGO, José Marangoni. Brasil, Argentina e Coréia: uma análise comparativa (1970 – 1990). – Maceió: Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica – Número 32, Ano 10, Agosto de 2014. p. 5-49.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações.* – Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 351-378.

DEVAN, Janamitra. Entrevista. Banco Mundial. 07 de julho de 2010. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2010/07/07/countries-opportunities-boost-global-investment-competitiveness-finds-world-bank-group>>  
Acesso em: 05 de fevereiro de 2015.

DE MASI, Domenico. Desenvolvimento sem trabalho. – São Paulo: Editora Esfera, 1999.

DE MELLO, João Manuel Cardoso. O Capitalismo Tardio. – São Paulo: Editora Brasiliense, 8ª edição, 1991.

EVANS, Peter. *Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial*. Editora UFRJ, 2004.

MAZZOLENI, Roberto; NELSON, Richard R. *Public research institutions and economic catch-up*. *Research Policy* 36 (2007). p. 1512-1528.

MIRANDA, José Carlos; TAVARES, Maria da Conceição. *Brasil: estratégias de conglomeração*. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. – Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 327-350.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. *Política Científica e Tecnológica: no Japão, Coréia do Sul e Israel*. – Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1989.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. *Japão: da industrialização tardia à globalização financeira*. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. – Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 223-249.

UN [United Nations]. *World Economic Survey 1987*. UN. Disponível em: [http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess\\_archive/1987wes.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_archive/1987wes.pdf)  
Acesso em: 13 de fevereiro de 2015.